



**AVALIAÇÃO DA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

1. Este documento é parte integrante da 12ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e tem por objetivo apresentar a situação financeira do Estado no último triênio, com ênfase no exercício de 2010, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2010, o Estado apresentou resultado primário deficitário de R\$ 771 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 8.292 milhões e da despesa não financeira de R\$ 9.063 milhões. Este resultado deveu-se ao crescimento da despesa não financeira superior ao da receita líquida, em decorrência da aplicação de recursos do superávit financeiro, fontes tesouro, apurado em exercícios anteriores principalmente em despesas de investimentos. Da mesma forma, em 2009, o Estado apresentou déficit primário de R\$ 435 milhões contra um superávit primário, em 2008, de R\$ 780 milhões.
4. O Estado incorreu em deficiência financeira de R\$ 754 milhões em 2010, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento não foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultado semelhante aconteceu em 2009, quando o Estado apresentou deficiência de recursos de R\$ 396 milhões enquanto em 2008 a suficiência financeira atingiu o montante de R\$ 733 milhões.
5. A receita bruta passou de R\$ 9.824 milhões em 2008 para R\$ 9.366 milhões em 2009 e alcançou R\$ 10.359 milhões em 2010, apresentando crescimento real de 4,76% em relação a 2009. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de arrecadação própria, que apresentaram crescimento de 5,09%, passando de R\$ 5.602 milhões para R\$ 6.216 milhões. Dentre as receitas de arrecadação próprias merece destaque o ICMS que teve um crescimento de 9,63%, passando de R\$ 4.657 milhões em 2009 para R\$ 5.391 milhões em 2010. As receitas de transferência apresentaram crescimento de 12,80%, sendo que as outras receitas de transferências foram as que mais contribuíram passando de R\$ 1.339 milhões, em 2009, para R\$ 1.672 milhões, em 2010. Após a dedução das transferências a municípios, a receita líquida alcançou R\$ 8.292 milhões em 2010.
6. Na composição da receita bruta de 2010 estão incluídas as receitas do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP, um incentivo financeiro de apoio às empresas exportadoras com sede no Estado, relacionado ao ICMS. Porém, a arrecadação do ICMS-FUNDAP não está incluída nas receitas de arrecadação própria.
7. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 55,84%, 59,82% e 60,01% do total da receita bruta em 2008, 2009 e 2010, respectivamente. O ICMS, que respondeu por 86,73% das receitas de arrecadação própria em 2010, cresceu 9,63% em relação a 2009 em





decorrência da intensificação das ações de fiscalização, da celeridade dos julgamentos de processos administrativo-fiscais e da modernização da ação fiscal segundo informações do Estado. Já as outras receitas de arrecadação própria decresceram 17,30%, saindo de R\$ 945 milhões em 2009 para R\$ 825 milhões em 2010, em função das quedas nas arrecadações da dívida ativa de R\$ 129,4 milhões e das outras receitas de capital de R\$ 38,8 milhões, ambas em relação ao ano anterior. Esta queda na arrecadação da dívida ativa pode ser explicada pelo fato dos efeitos residuais do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e da concessão de remissão de débitos fiscais referentes ao ICM e ao ICMS, instituídos pelas Leis de nº 9.080/2008 e 9.081/2008, respectivamente, não terem sido suficientes para impedir uma queda relativa da dívida ativa no ano de 2010.

8. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 7.085 milhões em 2008 para R\$ 7.931 milhões em 2009 e alcançaram R\$ 9.063 milhões em 2010, correspondendo a um crescimento de 8,24% em relação a 2009. Tal crescimento em 2010 é explicado principalmente pelo desempenho das despesas com pessoal, que tiveram um incremento de R\$ 570 milhões (10,94%).

9. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 41,49%, 41,99% e 43,04% do total da despesa não financeira em 2008, 2009 e 2010, respectivamente. Em 2010, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 14,46% dos gastos com o executivo (administração direta) e de 13,76% com (inativos e pensionistas) em relação a 2009, que representaram 38,26% e 21,15%, respectivamente, do total. O aumento com pessoal do executivo deve-se ao reajuste linear de 4,5% (quatro e meio por cento) para todos os servidores, progressões, pagamento de gratificações em atraso e a concessão de indenização de fardamento aos militares e uniformes aos servidores do sistema penitenciário. Outro fator que contribuiu para o acréscimo nas despesas com pessoal do executivo foi a implementação do modelo de remuneração por subsídio para 10 carreiras do Governo, segundo informações do Estado.

10. A LC Estadual nº 282, 22 de abril de 2004, instituiu o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores e transferiu ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM a responsabilidade da gestão da previdência estadual. Esta gestão é efetuada mediante a segregação da massa em dois fundos: o Fundo Financeiro é destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebem benefícios previdenciários do Estado até a data da publicação daquela lei complementar e o Fundo Previdenciário destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público após aquela data. Cada servidor contribui com 11% de seu vencimento e cada poder/órgão empregador contribui com o dobro. A taxa de administração do IPAJM é de até 1,5% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS/ES. No ano de 2010, o aporte de recursos para a cobertura do déficit no Fundo Financeiro foi de R\$ 707,04 milhões, enquanto o Fundo Previdenciário obteve um superávit de R\$ 113,7 milhões.

11. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis, por 58,51%, 58,01% e 56,96% do total da despesa não financeira em 2008, 2009 e 2010, respectivamente. Em 2010, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 15,65% dos gastos com investimentos e de 10,22% com outras despesas correntes em relação a 2009, que representaram 15,46% e 26,26%, respectivamente, do total das despesas não financeiras.

12. Os investimentos evoluíram de R\$ 871 milhões em 2008 para R\$ 1.148 milhões em 2009 e atingiram R\$ 1.401 milhões em 2010, correspondendo a 12,74%, 17,80% e 19,64% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. Os fatores determinantes dessa evolução foram aplicações, no ano de 2010, em obras e instalações no valor de R\$ 975 milhões e aquisição de

equipamentos e materiais permanentes de R\$ 154 milhões que apresentaram crescimento real de 14,39% e 18,00%, respectivamente.

13. Com relação às outras despesas correntes (ODC), houve uma expansão de R\$ 1.845 milhões em 2008 para R\$ 2.045 milhões em 2009 atingindo R\$ 2.380 milhões em 2010, correspondentes a 26,98%, 31,73% e 33,36% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. Dentre as rubricas das ODC que o Tesouro Estadual possui maior poder de discricionariedade, tais como, as despesas com outros serviços de terceiros, locação de mão-de-obra e material de consumo apresentaram acréscimos nominais de R\$ 26,3 milhões (-2,12%), R\$ 14,8 milhões (13,45%) e R\$ 12,4 milhões (4,72%), respectivamente, entre 2009 e 2010.

14. O estoque de precatórios, em 31.12.2010, era de R\$ 883 milhões. Com a edição da EC nº 62/2009, a obrigatoriedade para execução dessas despesas passou do Tribunal de Justiça (TJES). O Decreto nº 2482-R, de 09 de março de 2010 vinculou a destinação de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida e o tesouro estadual passou a efetuar os repasses ao TJES, a partir do referido mês. Em 2010 foram pagos R\$ 129 milhões em precatórios.

15. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 3.304 milhões em 31 de dezembro de 2008, passou para R\$ 3.186 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um decréscimo de 2,18%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 3.300 milhões, apresentando uma diminuição de 6,94% em relação ao ano anterior devido, principalmente, aos decréscimos das dívidas das Leis de nºs 9.496/97 e 8.727/93 e Parcelamento INSS após 01.12.1992, de 3,58%, 10,64% e 19,45%, respectivamente. Na composição da dívida estadual em 2010, a relativa à Lei nº 9.496/97 continua sendo a de maior representatividade. Sua participação no total da dívida financeira passou de 32,75% em 2009 para 33,93% em 2010. Em seguida, aparece a dívida relativa à Lei nº 8.727/93, que representava 24,82% da dívida financeira em 2009 e passou a representar 23,84% em 2010.

16. A relação Dívida Financeira/RLR foi de 0,47, 0,50 e 0,44 nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, respectivamente. Em 2010, a redução da relação Dívida Financeira/RLR se deu em função da maior queda relativa da Dívida Financeira (6,94%) *vis-a-vis* ao aumento real da RLR (de 4,82%).

17. O Estado paga o serviço das dívidas relativas às Leis nºs 8.727/93 e 9.496/97 sem usufruir do limite de comprometimento de 13% da receita líquida real e, por este motivo, não acumula resíduo.

18. No Anexo de Riscos Fiscais da LDO/2012, são destacados os passivos contingentes como os principais riscos com probabilidade de afetar as contas públicas. São citados dois passivos contingentes: empresas em processo de liquidação e débitos previdenciários. As três empresas em liquidação, a Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano – COMDUSA, a Companhia de Desenvolvimento de Projetos Especiais – CODESPE e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Espírito Santo – CIDA são responsáveis por R\$ 57,7 milhões. Porém, é informado na LDO que os recursos resultantes do ativo imobilizado das empresas e o valor destinado à Reserva de Contingência serão suficientes para cobrir esses eventuais riscos. Quanto aos débitos previdenciários junto à Receita Federal no valor de R\$ 11,1 milhões, os recursos destinados à Reserva de Contingência podem ser utilizados para mitigar os riscos.

19. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê que o déficit primário seja limitado a

R\$ 151 milhões em 2011 e que sejam alcançados superávits primários de R\$ 160 milhões em 2012 e R\$ 326 milhões em 2013. O déficit primário previsto para 2011 decorre ainda da utilização da sobra de recursos de exercícios anteriores.

20. Nas previsões do Programa, foi avaliado o risco de frustração nas liberações de operações de crédito. Entretanto, caso as liberações previstas se realizem integralmente, poderá haver a geração de resultados primários inferiores/negativos. Nesse caso, eventual descumprimento da meta 2 poderá ser objeto de avaliação de justificativa fundamentada para concessão de revisão, consoante o art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, observando-se se foi preservado o equilíbrio da execução orçamentária, ou seja, a não incidência de atrasos / deficiências em cada exercício do triênio, considerando, para o exercício de 2011, o atenuante do parágrafo anterior.



*Arno H. Augustin Filho*  
**ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO**  
Secretário do Tesouro Nacional